

MEC tenta salvar fundo com incentivos

■ Paulo Renato Sousa quer sensibilizar governadores para que carência de um ano não atrasse recuperação do ensino de 1º grau

Arquivo — 17/4/96

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — Depois de ter sido obrigado a ceder para garantir a votação da regulamentação da emenda constitucional, na quinta-feira. A posição dos governadores contou com o apoio do presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães.

A alegação é de que os governos estaduais não teriam condições de transferir de imediato 15% das receitas dos impostos para o ensino de 1º grau, como prevê a emenda. Hoje, estados e municípios são obrigados a aplicar 25% dessas receitas em educação, sem especificar a porcentagem destinada aos diferentes graus de ensino. Segundo Paulo Renato, o 1º grau não está sendo priorizado nas aplicações. Os critérios para uso do dinheiro da educação também são questionáveis: o MEC cita a compra de microônibus e asfaltamento de vias de acesso às escolas.

Com a reação de governadores, entre eles Paulo Souto (Bahia), Tasso Jereissati (Ceará), Marcello Alencar (Rio de Janeiro) e Antônio Britto (Rio Grande do Sul), o governo foi

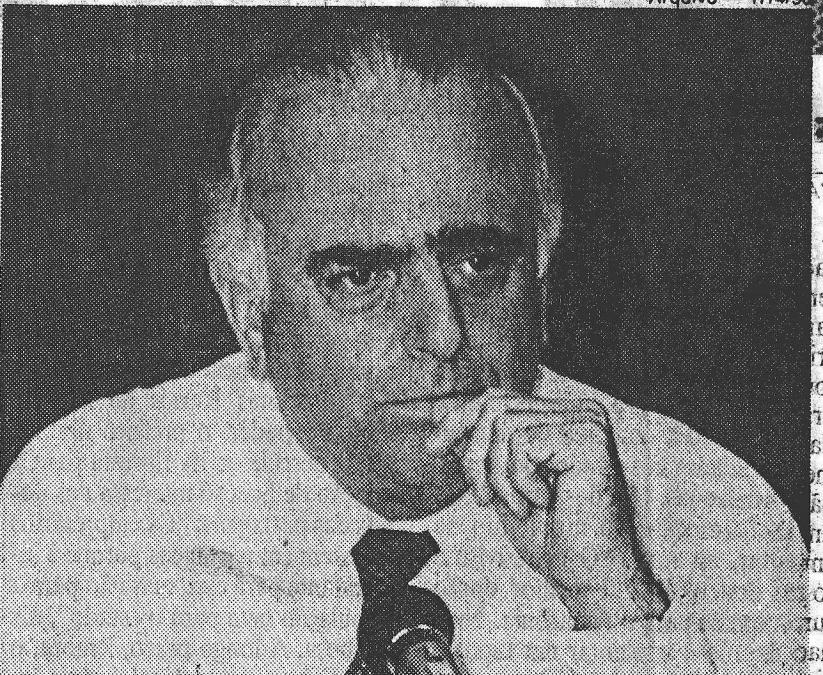
obrigado a ceder para garantir a votação da regulamentação da emenda constitucional, na quinta-feira. A posição dos governadores contou com o apoio do presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães.

O ministro tentou negociar diretamente com os governadores e chegou a firmar posição cedendo apenas três meses de carência. Não deu certo. No Rio, o governador Marcello Alencar argumentou que enfrenta uma situação complicada. Como o fundo prevê a distribuição dos recursos levando em conta o número de alunos nas redes estadual e municipal, o governo fluminense será obrigado a repassar R\$ 250 milhões, já que o ensino é municipalizado.

"Aplica-se no 1º grau no máximo 37% dos recursos obtidos com as

receitas de impostos e transferências. O restante vai para a pré-escola, ensino médio e superior, sendo que uma parte é computada erroneamente como despesa com educação", aponta o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Barjas Negri.

Com a dilatação do prazo para até um ano, o ministro, a partir de agora, vai negociar com cada governador, oferecendo incentivos para educação em troca do fundo. O ministro estava tão certo de que os fundos seriam implantados sem necessidade de prazo de carência que já havia garantido R\$ 695 milhões para repassar aos estados que não conseguissem garantir o gasto mínimo anual de R\$ 300 reais/ano por aluno matriculado na rede pública de 1º grau. De acordo com estudo do MEC, o governo precisará entrar com a complementação de recursos nos estados do Nordeste — à exceção de Sergipe —, no Pará e Rondônia.



O adiamento do fundo deixou decepcionado o ministro Paulo Renato